



## Na Mídia

27/09/2022 | [Valor Econômico](#)

### Oito grupos disputam a concessão da iluminação pública de Curitiba

A futura concessionária terá que modernizar 100% da capital paranaense com tecnologia LED

Robson Rodrigues

#### Nova iluminação

Curitiba é uma das últimas grandes cidades a fazer esse tipo de leilão

- **157 mil** pontos de iluminação pública com tecnologia LED
- **75 bairros** de Curitiba
- **1,94 milhão** de habitantes beneficiados
- **R\$3,5 milhões/mês** é o valor da conta de luz da cidade hoje
- **33,39%** é a expectativa de redução da conta de luz da cidade
- **R\$329 milhões** é o investimento nos próximos 23 anos de contrato
- **6.700 toneladas** ao ano é a estimativa de redução das emissões de CO2
- **18 meses** é o prazo máximo para implantação

Fonte: BNDES e prefeitura de Curitiba.

O leilão de iluminação pública da cidade de Curitiba, previsto para acontecer nesta quarta-feira (28) na B3, em São Paulo, será o maior do ano e tem garantido oito grupos no páreo para disputar a concessão. A relação dos inscritos para o leilão não foi divulgada.

A cidade paranaense é uma das últimas grandes capitais do Brasil a ser leiloada. Com a delegação do serviço, a iluminação de 100% da capital paranaense deve ser modernizada, com a previsão de eficiência energética e menos gastos públicos.

A Parceria Público-Privada (PPP) foi estruturada pela Fábrica de Projetos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que já vem promovendo modelagem para diversas cidades do Brasil. A carteira de iluminação pública do banco conta atualmente com onze projetos, dos quais seis já foram contratados.

Para o certame, o valor da contraprestação mensal máxima de referência é de R\$ 3,84 milhões, mas a expectativa é de que a concorrência provoque deságio.

O diretor de Concessões e Privatizações do BNDES, Fábio Abrahão, lembra que os leilões ganharam uma dinâmica de deságios depois que o banco passou a estruturá-los e prevê forte competição dado o potencial de crescimento do município, principalmente no setor de comércio e de serviços.

“Terá bastante competição. O que faz sentido porque Curitiba é uma cidade que cresce num Estado que tem uma economia muito dinâmica e também pelo porte do leilão. Estamos falando de quase R\$ 330 milhões de investimentos”, afirma o executivo.

Abrahão destaca a flexibilidade do contrato e ressalta a importância de sistemas de iluminação como plataformas para cidades inteligentes. Como esse tipo de PPP é custeado com dinheiro carimbado da Contribuição de Serviço de Iluminação Pública (Cosip) na conta de luz, possíveis investimentos em serviços de cidades inteligentes permitem a exploração de receitas acessórias.

“Nosso contrato é flexível, ou seja, para receitas acessórias ele tem compartilhamento [de até 15%] entre o poder concedente e a companhia. Isso é importante porque não sabemos quais novas tecnologias vão surgir nesse prazo e ao manter o contrato flexível garantimos que o poder público estará se beneficiando também”, explica.

A previsão do prefeito Rafael Greca (PSD) é que a conta de luz caia de R\$ 3,5 milhões por mês hoje para R\$ 2,3 milhões, recursos que podem ser realocados em projetos de eficiência energética.

“Desde 2017 conseguimos renovar 57 mil pontos de luz LED e 127 pontos com luz cenográfica. Agora, com o novo desenho da iluminação pública, vamos renovar mais 157 mil pontos de iluminação com tecnologia LED e mais 141 monumentos e edificações históricas, em 75 bairros de Curitiba. Vamos cobrir totalmente a paisagem da cidade nas suas 9 mil ruas”, disse o prefeito.

Greca acrescenta que a empresa vencedora terá que implantar ainda um sistema de telegestão interligado a um centro de controle operacional em pelo menos 30% das vias do município.

**O advogado das áreas de Direito Público e Infraestrutura do Demarest, Renan Sona, avalia que com a assunção de um papel de protagonismo exercido por BNDES e Caixa na estruturação desses projetos, houve a consolidação de uma modelagem jurídica e econômica, o que conferiu maior segurança jurídica e previsibilidade às contratações.**

“Um desses aspectos de distinção está atrelado aos investimentos em telegestão, seja em relação às características e tecnologias a serem atendidas pelo parceiro privado, seja em relação às obrigações a serem conferidas à concessionária privada, como percentual de abrangência do parque que deverá receber a telegestão”.

É consenso entre as concessionárias que o sistema de iluminação pública é a plataforma ideal para incorporar as novas tecnologias às cidades inteligentes. Entretanto, a Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Iluminação Pública (ABCIP) já levantou a questão de que a implantação parcial de telegestão dá acesso a recursos de cidade inteligente apenas a uma parte da população.

**Sona, todavia, levanta a discussão sobre o custo-benefício decorrente da obrigação de se implantar a telegestão em todo o município, já que os custos envolvidos podem não justificar os benefícios.**





